



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA

EDINEI DO COUTO QUIUQUI

Secretário Municipal de Saúde de 02/04/2024 a 31/12/2024
Decreto nº 10.756/2024

EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI

Secretário Municipal de Saúde de 03/03/2023 a 31/03/2024
Decreto nº 10.175/2023

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE

Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca

Gestores responsáveis: Edirlei do Couto Quiuqui (03/03/2023 a 31/03/2024) – Decreto nº 10.175/2023, e Edinei do Couto Quiuqui (02/04/2024 a 31/12/2024) – Decreto nº 10.756/2024

Exercício: 2024

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 10.657/2024, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa Municipal SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 68/2020 e dos termos da Resolução 227/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2024, responder todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, realizar acompanhamento e enviar respostas ao cidadão através dos canais da Ouvidoria Municipal e e-SIC, bem como realizar monitoramentos, correções e atendimento das fiscalizações dos Portais de Transparência nos sites municipais.

É notório que, em virtude da quantidade insuficiente de servidores no setor, algumas atividades não foram realizadas durante o exercício. Contudo, há de se destacar o cumprimento integral das Auditorias constante no cronograma do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2024.

Além disso, foram realizadas, durante o exercício, pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA, no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	<u>Relatório de Auditoria do Processo nº 2276/2024</u>	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01/01/2024 a 31/05/2024 no total de R\$ 5.278.552,87 Total de processos de despesa no período de 01/01/2024 a 31/05/2024: 300 processos Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024	Amostra de despesas no valor de: R\$ 3.796.996,40 Quantidade da Amostra: 300 processos de despesa Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Listagem de empenhos do Sistema de Contabilidade Pública	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Em análise aos empenhos referentes as despesas de obrigações previdenciárias, nota-se que estas foram contabilizadas corretamente dentro do regime de competência.	Listagem de empenhos do Sistema de Contabilidade Pública Período: 12 meses
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Balancete de Verificação Anual – BALVER Razão da Conta Contribuições ao RGPS sobre salários e remunerações Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao RPPS – parte patronal Listagem de Arrecadação de Receitas Patronal e Custo especial do RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991, art. 30, I, “b” e §2º, II. Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor total das contribuições previdenciárias – parte patronal ao RPPS e ao RGPS: R\$ 1.227.850,46	Balancete de Verificação Anual – BALVER Contribuição patronal para o RPPS R\$ 799.254,99 Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao RPPS – parte patronal: R\$ 799.254,99 Razão do Plano de Contas: R\$ 799.254,99 Balancete de Verificação Anual –



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALVER Encargos patronais - RGPS: R\$ 428.595,47 Razão da Conta Contribuições Previdenciárias - RGPS: R\$ 428.595,47
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Listagem de empenhos – subelemento multas	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Em análise ao Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP, verifica-se a não ocorrência de multas e juros decorrentes de atraso no pagamento das obrigações previdenciárias no exercício de 2024.	Período analisado: 12 meses DEMVAP Variações patrimoniais diminutivas financeiras – juros e encargos de mora: R\$ 0,00
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias-parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Listagem de pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte servidor da UG (Sistema de Contabilidade Pública) Folha de Pagamento CidadES.	CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS e RGPS no exercício de 2024: R\$ 575.883,78	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS no exercício de 2024: R\$ 185.426,80 Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RGPS no exercício de 2024: R\$ 390.456,98 Valores retidos em Folha de Pagamento (CidadES) no exercício de 2024: RPPS= R\$ 185.426,80 RGPS= R\$ 390.456,98 Valores retidos e recolhidos no exercício de 2024, conforme DEMCSE : Total de recolhimento do RPPS= R\$ 185.426,80



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Total de recolhimento do RGPS= R\$ 390.456,98 Período analisado: 12 meses
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Balanço Patrimonial - BALPAT DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada Declaração de Repasse integral das contribuições previdenciárias – DELREP – fornecida pelo RPPS	CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/2002 RPPS	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a)estão sendo registrados como passivos da entidade; b)estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c)se o saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d)se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	BALPAT Verificação do Passivo não circulante – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a Longo Prazo: R\$ 0,00 Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada previdenciária. Verificação Documental do DELREP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias. Conforme evidenciado nos arquivos DELREP, BALPAT e DEMDIFD, a Unidade gestora não apresenta débitos previdenciários.	BALPAT Verificação do Passivo não circulante – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a Longo Prazo: R\$ 0,00 Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada previdenciária. Verificação Documental do DELREP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias. Conforme evidenciado nos arquivos DELREP, BALPAT e DEMDIFD, a Unidade gestora não apresenta débitos previdenciários.
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT Termo de Inventário de Bens Móveis	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos	BALPAT Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 3.169.802,73 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 6.437.326,60 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<p>TERMOV</p> <p>Termo de Inventário de Bens Imóveis - TERIMO</p>			<p>ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO.</p> <p>Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT</p> <p>Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis.</p>	<p>Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 1.212.971,13</p> <p>Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 119.886,67</p> <p>INVMOV Valor total do Inventário de Bens Móveis: R\$ 3.169.802,73</p> <p>Depreciação de bens móveis: R\$ 1.212.971,13</p> <p>INVIMO Valor total do Inventário de Bens Imóveis: R\$ 6.437.326,60</p> <p>Depreciação de bens imóveis: R\$ 119.886,67</p> <p>INVINT Valor total do Inventário de Bens Intangíveis: R\$ 0,00</p>
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	<p>Extrato Bancário em 31/12/2024 - EXTBAN</p> <p>Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP</p>	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	<p>BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 10.871-5-A</p> <p>BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 22.603.245-A</p>	<p>BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 10.871-5-A</p> <p>BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 22.603.245-A</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 29.021-1-A 33.491-X-A 35.382-5-A 35.410-4-A 43.290-3-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 20.795.902-A 20.805.909-A 20.805.933-A 22.844.484-A 30.772.552-A 31.686.876-A 33.375.635-A 35.399.435-A 37.001.559-A 37.495.033-A 37.955.812-A 38.183.430-A	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 29.021-1-A 33.491-X-A 35.382-5-A 35.410-4-A 43.290-3-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 20.795.902-A 20.805.909-A 20.805.933-A 22.844.484-A 30.772.552-A 31.686.876-A 33.375.635-A 35.399.435-A 37.001.559-A 37.495.033-A 37.955.812-A 38.183.430-A
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação - confirmação externa	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP Extrato bancário em 31/12/2024 - EXTBAN Balanco Financeiro - BALFIN Balanco Patrimonial - BALPAT Demonstração dos Fluxos de Caixa -	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 10.871-5-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 22.603.245-A	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 10.871-5-A: R\$ 673,03 BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 22.603.245-A: R\$ 21.497,98



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		DEMFC			BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 29.021-1-A 33.491-X-A 35.382-5-A 35.410-4-A 43.290-3-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 20.795.902-A 20.805.909-A 20.805.933-A 22.844.484-A 30.772.552-A 31.686.876-A 33.375.635-A 35.399.435-A 37.001.559-A 37.495.033-A 37.955.812-A 38.183.430-A As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, em confronto com os Extratos bancários, evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 29.021-1-A: R\$ 5.851,70 33.491-X-A: R\$ 2.262,48 35.382-5-A: R\$ 1.690.663,03 35.410-4-A: R\$ 273.031,13 43.290-3-A: R\$ 150.967,16 BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 20.795.902-A: R\$ 31.408,72 20.805.909-A: R\$ 17.655,26 20.805.933-A: R\$ 31.560,15 22.844.484-A: R\$ 95.980,76 30.772.552-A: R\$ 11.473,85 31.686.876-A: R\$ 10.016,75 33.375.635-A: R\$ 314.981,89 35.399.435-A: R\$ 102.674,01 37.001.559-A: R\$ 27.348,48 37.495.033-A: R\$ 15.689,75 37.955.812-A: R\$ 404.718,86 38.183.430-A: R\$ 150.884,30 Total: R\$ 3.359.339,29 TVDISP Total: R\$ 3.359.339,29 BALPAT: Ativo Circulante – caixa equivalente de caixa: R\$ 3.359.339,29
--	--	-------	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa equivalente de caixa: R\$ 3.359.339,29 DEMFCA: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa equivalente de caixa final: R\$ 3.359.339,29
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Extrato Consolidado da Folha de Pagamento mensal – Cidades Relatório Mensal do Sistema de Folha de Pagamento do órgão	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Conciliação dos valores registrados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores registrados no Relatório Mensal do Sistema informatizado de Folha de Pagamento da Unidade gestora.	Período Analisado: 12 meses Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 6.691.777,97
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Extrato Consolidado da Folha de Pagamento mensal – Cidades Listagem de liquidação da Folha (Sistema Contábil)	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Conciliação dos valores registrados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) possuem correção com os valores contabilizados no Sistema contábil.	Período Analisado: 12 meses Valor total da Folha de Pagamento no exercício: R\$ 6.691.777,97
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Processo de Auditoria nº 1676/2024 CRONOS - Instrução Normativa SFI nº 02/2021 JUSTCRO – Justificativas de ordem Cronológicas	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Período analisado: 01/01/2024 a 31/03/2024 Quantidade de pagamentos realizados pela UG no período analisado: 530 pagamentos	Período analisado: 01/01/2024 a 31/03/2024 Quantidade de pagamentos realizados pela UG no período analisado: 530 pagamentos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor total dos pagamentos analisados na amostra selecionada: R\$ 3.694.159,67 Quantidade de justificativas de quebra da ordem cronológica nesses meses: 0 Constatou-se que não há ocorrência de quebra de ordem cronológica na amostra selecionada do exercício de 2024.	Valor total dos pagamentos analisados na amostra selecionada: R\$ 3.694.159,67 Quantidade de justificativas de quebra da ordem cronológica nesses meses: 0 Constatou-se que não há ocorrência de quebra de ordem cronológica na amostra selecionada do exercício de 2024.
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatório de Auditoria do Processo nº 2276/2024	Lei 4.320/1964, art. 63	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Despesas liquidadas do dia 01/01/2024 a 31/05/2024 no total de R\$ 5.278.552,87 Total de processos de despesa liquidados no período de 01/01/2024 a 31/05/2024: 300 processos Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024	Amostra de despesas liquidadas no valor de: R\$ 3.796.996,40 Quantidade da Amostra: 300 processos de despesa liquidados Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatório de Auditoria do Processo nº 2276/2024	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Despesas pagas do dia 01/01/2024 a 31/05/2024 no total de R\$ 5.278.552,87 Total de processos de despesas pagas no período de 01/01/2024 a 31/05/2024: 300 processos Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024	Amostra de despesas pagas no valor de: R\$ 3.796.996,40 Quantidade da Amostra: 300 processos de despesa Período Analisado: 01/01/2024 a 31/05/2024
2.3.1	Passivos	Balanco patrimonial - BALPAT	CRBF/88, art.100	Avaliar se os precatórios	Conforme evidenciado no Balanço	Conforme evidenciado no Balanço



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais		/Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10..	judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Patrimonial - BALPAT, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2024.	Patrimonial - BALPAT, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2024.
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais a pagar.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais a pagar.
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal	Balanço Patrimonial - BALPAT DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	BALPAT Verificação do Passivo não circulante – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a Longo Prazo. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada previdenciária. Conforme evidenciado nos arquivos BALPAT e DEMDIFD, a Unidade gestora não apresenta débitos previdenciários, não sendo necessária autorização legal para parcelamento.	BALPAT Verificação do Passivo não circulante – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a Longo Prazo: R\$ 0,00 Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada previdenciária.
2.5.22	Contabilização da	Balancete de Verificação - BALVER	MCASP; Portaria	Verificar se houve a	Conforme evidenciado no BALVER –	BALVER – Balancete de Verificação



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	amortização do déficit atuarial	DEMREC – Demonstrativo das Receitas de Contribuições da PCA – Instituto de Previdência	MTP 1.467/2022, art. 55.	correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Balancete de verificação, há ocorrência da correta contabilização do repasse das amortizações de déficit atuarial ao RPPS, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Contábil Elementos de despesa: 3.1.2.1.0.00.00 – Encargos patronais – RPPS 3.1.2.1.2.00.00 – Encargos patronais – RPPS – Intra OFSS 3.1.2.1.2.01.00 – Contribuição Patronal para o RPPS DEMREC – Demonstrativo das Receitas de Contribuições da PCA – Instituto de Previdência Tabela 5 e 9 – Receita de contribuições previdenciárias do ente (patronal e alíquota suplementar)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Ordinária Municipal nº 1.669/2021 Dados da Folha de pagamento – mês de 12/2024 (CidadES)	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Em análise a legislação municipal em confronto com as contratações realizadas, evidencia-se o atendimento da necessidade temporária e excepcional de interesse público nas contratações realizadas no exercício de 2024.	Contratações por tempo determinado da Prefeitura Municipal de Água Branca, conforme Lei Municipal nº 1.669/2021, ao qual abarca o Fundo Municipal de Saúde de Água Branca Vigência da Lei – 24 meses/ prorrogável por igual período – conforme previsão contida: -Art. 1º, §2º da Lei Municipal nº 1.669/2021 Registra que a Lei Municipal vigente possui a previsão de 182 vagas para fins de contratação temporária na Área da Saúde. No final do exercício de 2024, o Fundo Municipal de Saúde de Água Branca detinha 78 servidores contratados através de Processo Seletivo, vinculados a Unidade gestora.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	CidadES – Atos de Pessoal Admissões	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões ao qual não constam admissões de servidores efetivos no exercício de 2024 na Unidade gestora.	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões no CidadES. Período analisado: Exercício de 2024.
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	CidadES – Atos de Pessoal Admissões	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer	Considerando que não constam admissões de servidores efetivos na unidade gestora no exercício de 2024, não foram emitidos parecer do controle interno.	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões no CidadES e pareceres emitidos pelo Controle Interno. Período analisado: Exercício de 2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2024 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2024, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2024
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	0
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	02

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta um *déficit* do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 40% das vagas disponíveis, com um total de 02 (duas) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, a alta demanda do exercício de 2024 prejudicou a execução completa das atividades permanentes do órgão de controle interno, principalmente em razão do cargo de Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis possuir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das 04 (quatro) Unidades Gestoras vinculadas a Unidade Central de Controle Interno.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2024

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2024, ressalta-se a ocorrência do cumprimento integral do Cronograma de Auditorias previstas no PAAI/2024, o acompanhamento dos limites constitucionais e da LRF, e a realização de análises através de Processos de Fiscalização com a finalidade de acompanhar a Transparência Municipal e as notificações do Tribunal de Contas Estadual, registrando ainda, que algumas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

atividades permanentes, restaram prejudicadas por ausência de quadro de pessoal suficiente a atender com eficiência as demandas encaminhadas ao órgão.

3.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2024**, destacamos que foram previstas 15 (quinze) Ações de Auditorias a serem realizadas no exercício de 2024, todas executadas e **CONCLUÍDAS**, sem a necessidade de monitorando das recomendações propostas, conforme consta quadro abaixo:

AUDITORIAS INTERNAS EXECUTADAS EM 2024

IDENTIFICAÇÃO	AÇÃO DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	OBJETO DA AUDITORIA	ÁREA DE ATUAÇÃO
Processo nº 1674/2024	AÇÃO Nº 001/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1675/2024	AÇÃO Nº 002/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1676/2024	AÇÃO Nº 03/2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1677/2024	AÇÃO Nº 04/2024	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 2081/2024	AÇÃO Nº 05/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Verificar a legalidade e conformidade da execução de despesas com diárias dos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Águia Branca.	Gestão Financeira
Processo nº 2275/2024	AÇÃO Nº 06/2024	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação	
			Pagamento de despesas sem regular liquidação	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 2276/2024	AÇÃO Nº 07/2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação	
			Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 2277/2024	AÇÃO Nº 08/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação	
			Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 2278/2024	AÇÃO Nº 09/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação	
			Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 1716/2024	AÇÃO Nº 10/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Créditos adicionais – decreto executivo	
Processo nº 5114/2024	AÇÃO Nº 11/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Gestão Patrimonial
Processo nº 5115/2024	AÇÃO Nº 12/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Gestão Patrimonial
Processo nº 1717/2024	AÇÃO Nº 13/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 1718/2024	AÇÃO Nº 14/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 5260/2024	AÇÃO Nº 15/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Dívida Ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Gestão Patrimonial

3.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Consoante às atividades realizadas pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2024, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES, Resolução nº 227/2011 do TCEES e demais disposições legais aplicáveis, destaca-se a instauração de 07 (sete) Processos de fiscalização, conforme transcrevo resumo abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 2386/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Notícia de Irregularidade TC nº 209/2024 - Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 3081/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA	Notificação Recomendatória nº 001/2024 – Ministério Público	Em andamento



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	BRANCA	Estadual – GAMPES nº 2024.0001.0148-34	
Processo nº 3161/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Avaliação do Transparência Pública – PNTP no ciclo de 2024	Concluído
Processo nº 3162/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTTP no ciclo de 2024	Concluído
Processo nº 3163/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Levantamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM (Exercício 2023)	Concluído
Processo nº 3164/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024	Concluído
Processo nº 3165/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Notificação Recomendatória Nº 002/2024 do Ministério Público Estadual – GAMPES nº 2024.0001.0180-54	Em andamento

Além disso, com a finalidade de orientar o gestor na prática dos atos de gestão, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, foram expedidas diversas Comunicações, Recomendações e Alertas as Unidades Gestoras durante o exercício de 2024, conforme destacamos abaixo:

- OFÍCIO/CGM/004/2024 – Recomendação – Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso.
- OFÍCIO/CGM/006/2024 – Recomendação – Publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/007/2024 – Recomendação – Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Câmara Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/011/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/012/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/013/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/014/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Câmara Municipal de Águia Branca;

- OFÍCIO/CGM/016/2024 – Recomendação – Decisão Monocrática nº 086/2024 – Processo TC 435/2024 ao Procurador Geral do Município;
- OFÍCIO/CGM/017/2024 – Recomendação – Decisão Monocrática nº 086/2024 – Processo TC 435/2024 ao Prefeito Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/020/2024 – Notificação – Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Saúde;
- OFÍCIO/CGM/023/2024 – Solicitar – Informações acerca dos pontos de controle da PCM 12/2023 – Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/027/2024 – Recomendação – Ofício de Submissão – Relatório Preliminar de Acompanhamento – Instrumentos de Planejamento da Saúde – Processo 463/2024 do TCEES – Secretaria Municipal de Saúde;
- OFÍCIO/CGM/030/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- OFÍCIO/CGM/031/2024 – Notificação – Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- OFÍCIO/CGM/032/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- OFÍCIO/CGM/033/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Diretor de Serviços urbanos;
- OFÍCIO/CGM/038/2024 – Notificação - Auditoria – Processo nº 2.228/2023 - Descumprimento das regras do art.16, II da Lei de Responsabilidade Fiscal – Procuradoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal;
- OFÍCIO/CGM/050/2024 – Recomendação - Elaboração de LDO. Realização de Audiência Pública para elaboração de LDO;
- OFÍCIO/CGM/052/2024 – Recomendação – Achados da PCA 2023 – Contas do Prefeito – Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/053/2024 – Recomendação – Achados da PCA 2023 – Contas de Gestão – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/057/2024 – Notificação – Câmara Municipal de Água Branca – Julgamento das Contas do Prefeito (Exercício de 2021);
- OFÍCIO/CGM/065/2024 – Comunicação Administrativa à Secretaria Municipal de Saúde – Início de Fiscalização de Auditoria Operacional de Saúde Mental pelo TCEES – Ofício 01705/2024-2 do Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Saúde (NSaúde);
- OFÍCIO/CGM/071/2024 – Comunicação Administrativa ao Responsável pela Licitação - Início de Fiscalização pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Ofício nº 2042/2024-6);
- OFÍCIO/CGM/073/2024 – Comunicação Administrativa ao Responsável pela Licitação – Fiscalização pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Ofício nº 2185/2024-7);
- OFÍCIO/CGM/082/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/093/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/097/2024 – Comunicação Administrativa – CidadES – Estrutura de Pessoal – Orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- OFÍCIO/CGM/100/2024 – Comunicação ao Gestor da Remessa Contratação – CidadES – Contratações;
- OFÍCIO/CGM/101/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca – CidadES – Fundamentação do ato concessor de aposentadoria incompleta – TC 4532-24 RCAF;
- OFÍCIO/CGM/110/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/114/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca – CidadES – Fundamentação do ato concessor de aposentadoria incompleta – TC 4532-24 RCAF;
- OFÍCIO/CGM/115/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca – CidadES – Concessão de assiduidade e ATS em período menor – 3063/2024;
- OFÍCIO/CGM/116/2024 – Comunicação ao Contador Responsável da Prefeitura Municipal de Água Branca – CidadES – Ponto de Controle. 1131 – Manutenção de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Restos a Pagar Não Processador por mais de um exercício financeiro;

- OFÍCIO/CGM/117/2024 – Comunicação ao Gestor da remessa Contratação – CidadES – Contratações – Levantamento de Instrumentos contratuais no CidadES Contratação sem informação de medição realizada;
- OFÍCIO/CGM/122/2024 – Recomendação - Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Educação;
- OFÍCIO/CGM/134/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério.

Noutra vertente, foram elaborados 103 (cento e três) Pareceres pelo Controle Interno durante o exercício de 2024, ao qual se destaca a seguir:

- PARECER/CGM/001/2024 – Processo nº 2527/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/002/2024 – Processo nº 2538/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/003/2024 – Processo nº 2539/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/004/2024 – Processo nº 2540/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/005/2024 – Processo nº 677/2024 - Pagamento de diárias por servidor;
- PARECER/CGM/006/2024 – Processo nº 678/2024 - Pagamento de diárias por agente político;
- PARECER/CGM/007/2024 – Processo nº 683/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/008/2024 – Processo nº 519/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/009/2024 – Processo nº 722/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/010/2024 – Processo nº 723/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/011/2024 – Processo nº 702/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/012/2024 – Processo nº 724/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/013/2024 – Processo nº 697/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/014/2024 – Processo nº 904/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/015/2024 – Processo nº 882/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/016/2024 – Processo nº 898/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/017/2024 – Processo nº 899/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/018/2024 – Processo nº 2555/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/019/2024 – Processo nº 2556/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/020/2024 – Processo nº 10123/2022 – Concurso Público – Edital nº 001/2022;
- PARECER/CGM/021/2024 – Decreto nº 10.505/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/022/2024 – Decreto nº 10.506/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/023/2024 – Decreto nº 10.507/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/024/2024 – Decreto nº 10.508/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/025/2024 – Decreto nº 10.509/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/026/2024 – Decreto nº 10.510/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/027/2024 – Decreto nº 10.511/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/028/2024 – Decreto nº 10.512/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/029/2024 – Decreto nº 10.513/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/030/2024 – Decreto nº 10.514/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/031/2024 – Decreto nº 10.515/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/032/2024 – Decreto nº 10.516/2023 – Admissão – Concurso



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Público;

- PARECER/CGM/033/2024 – Decreto nº 10.517/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/034/2024 – Decreto nº 10.520/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/035/2024 – Decreto nº 10.521/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/036/2024 – Decreto nº 10.522/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/037/2024 – Decreto nº 10.523/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/038/2024 – Decreto nº 10.525/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/039/2024 – Decreto nº 10.526/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/040/2024 – Decreto nº 10.528/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/041/2024 – Decreto nº 10.529/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/042/2024 – Decreto nº 10.530/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/043/2024 – Decreto nº 10.531/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/044/2024 – Decreto nº 10.532/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/045/2024 – Decreto nº 10.533/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/046/2024 – Decreto nº 10.534/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/047/2024 – Decreto nº 10.536/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/048/2024 – Decreto nº 10.539/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/049/2024 – Decreto nº 10.540/2023 – Admissão – Concurso Público;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/050/2024 – Decreto nº 10.542/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/051/2024 – Decreto nº 10.543/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/052/2024 – Decreto nº 10.544/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/053/2024 – Decreto nº 10.545/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/054/2024 – Decreto nº 10.546/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/055/2024 – Decreto nº 10.548/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/056/2024 – Decreto nº 10.549/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/057/2024 – Decreto nº 10.551/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/058/2024 – Decreto nº 10.552/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/059/2024 – Processo nº 2572/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/060/2024 – Decreto nº 10.635/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/061/2024 – Decreto nº 10.637/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/062/2024 – Decreto nº 10.642/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/063/2024 – Decreto nº 10.643/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/064/2024 – Decreto nº 10.644/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/065/2024 – Decreto nº 10.645/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/066/2024 – Decreto nº 10.704/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/067/2024 – Decreto nº 10.660/2024 – Admissão – Concurso Público;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/068/2024 – Decreto nº 10.762/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/069/2024 – Processo nº 2590/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/070/2024 – Processo nº 2591/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/071/2024 – Processo nº 2592/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/072/2024 – Decreto nº 10.758/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/073/2024 – Decreto nº 10.759/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/074/2024 – Decreto nº 10.796/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/075/2024 – Processo nº 2614/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/076/2024 – Decreto nº 10.761/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/077/2024 – Processo nº 2628/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/078/2024 – Processo nº 2629/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/079/2024 – Decreto nº 10.826/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/080/2024 – Decreto nº 10.845/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/081/2024 – Decreto nº 10.847/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/082/2024 – Decreto nº 10.870/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/083/2024 – Decreto nº 10.900/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/084/2024 – Processo nº 3746/2024 – Pensão por morte;
- PARECER/CGM/085/2024 – Decreto nº 10.911/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/086/2024 – Processo nº 2678/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/087/2024 – Processo nº 2679/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/088/2024 – Decreto nº 10.872/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/089/2024 – Decreto nº 10.897/2024 – Admissão – Concurso Público;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/090/2024 – Processo nº 2694/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/091/2024 – Processo nº 2695/2024 – Pensão por morte;
- PARECER/CGM/092/2024 – Decreto nº 10.959/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/093/2024 – Decreto nº 10.961/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/094/2024 – Decreto nº 10.963/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/095/2024 – Decreto nº 10.964/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/096/2024 – Decreto nº 10.965/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/097/2024 – Decreto nº 10.966/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/098/2024 – Decreto nº 10.971/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/099/2024 – Decreto nº 10.973/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/100/2024 – Decreto nº 10.974/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/101/2024 – Decreto nº 10.988/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/102/2024 – Decreto nº 10.989/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/103/2024 – Processo nº 2720/2024 – Aposentadoria.

3.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

É cediço que o Controle Interno Municipal possui funções finalísticas previstas na Lei Municipal nº 1.122/2013 que regulamenta o Sistema de Controle Interno.

Nesse sentido, a Controladoria Geral do Município realiza o Monitoramento e a Fiscalização da Gestão Fiscal e Execução Orçamentária do Poder Executivo e Legislativo Municipal, o aperfeiçoamento da Transparência Pública Municipal, o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Monitoramento e atendimento do acesso ao cidadão através dos Canais de Ouvidoria e e-SIC, e o aprimoramento dos Sistemas de Controle.

Nesses termos, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas Municipais, conforme listagem abaixo:

Descrição	Situação
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 02/2019 – Sistema de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.684/2024
Alteração da Instrução Normativa SFI nº 01/2021 – Ordem Cronológica de Pagamentos – Sistema Financeiro - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.787/2024
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 04/2019 – Sistema de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 11.011/2024
Aprova a Instrução Normativa Nº 01/2024 – Documentação necessária para aprovação de projeto, licença, regularização de construção ou habite-se – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.713/2024
Aprova a Instrução Normativa STI nº 01/2024 – Sistema de tecnologia da informação – Política de segurança da informação – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.712/2024

Além disso, calha ressaltar que durante o exercício foram realizadas análises dos Limites Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal com base nos pontos de controle descritos na Tabela Referencial 01 da Instrução Normativa 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ao qual o Controle Interno avalia a Gestão Fiscal e Execução Orçamentária do Poder Executivo e Legislativo Municipal, através dos seguintes procedimentos de análise de ponto de controle:

Processo nº 2418/2024		
Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca		
Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Educação - Pertinência	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.
Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Saúde – pertinência	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.

Processo nº 2419/2024

Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca

Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, art.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

prudencial – vedações	22, parágrafo único.	foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.
Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, § 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88)

Processo nº 2420/2024

Unidade gestora: Câmara Municipal de Águia Branca

Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.
Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.
Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, § 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88)
Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.
Poder Legislativo Municipal – Despesas com pessoal – remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município
Poder Legislativo Municipal –	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88		incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29- A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior
---	--	--

3.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2024 da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca sob a responsabilidade dos Ordenadores de Despesas, Edirlei do Couto Quiuqui (03/03/2023 a 31/03/2024) – Decreto nº 10.175/2023, e Edinei do Couto Quiuqui (02/04/2024 a 31/12/2024) – Decreto nº 10.756/2024.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, fiscal, previdenciária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, em face ao cumprimento da norma constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante às determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020 do TCEES, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.

3.5 Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no Município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Assevera-se que, no ano de 2023, foi realizada a Regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) através do Decreto nº 10.383/2023, além da Norma de Proteção ao denunciante aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023 que dispõe acerca das medidas de proteção à identidade dos denunciantes ilícitos e irregularidades praticadas contra a administração pública.

Além disso, foi aprovado o Plano de Dados abertos – PDA 2023/2024, através do Decreto nº 10.385/2023, que tem como finalidade orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Prefeitura Municipal de Águia Branca, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

No exercício do ano de 2024, foram registradas no e-SIC e na e-OUV (Ouvidoria) 56 pedidos de Acesso à Informação e/ou Manifestações de Ouvidoria, conforme demonstrado na tabela abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação e Denúncias na Ouvidoria - Ano de 2024

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2024
Janeiro	06	56 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	05	
Março	09	
Abril	06	
Maio	04	
Junho	07	
Julho	02	
Agosto	0	
Setembro	04	
Outubro	04	
Novembro	05	
Dezembro	04	

3.6 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município promoveu fiscalização do Portal da Transparência do Município de Águia Branca, através do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas a realizar Levantamento Nacional da Transparência Pública cuja finalidade foi diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil, em observância as regras e diretrizes da Resolução Atricon nº 001/2023, ao qual o Município recebeu Selo Ouro de Transparência Pública.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, ressalta-se a fiscalização realizada pela Controladoria Geral do Município em razão do Índice de Transparência e Governança Pública da Prefeitura Municipal de Águia Branca, que levou em conta a Metodologia aplicada pela Transparência Capixaba – ITGP.

3.7 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2024, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA 2024 – Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI”, realizado nos dias 29/02/2024 e 01/03/2024 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso “O Controle Interno na Administração Pública”, realizado no dia 12/06/2024, com carga horária de 08 horas/aula, parte integrante do “Enfoc 2024 – Encontro de Formação e Controle”, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso “Ouvidorias Ativas: fundamentos e práticas inovadoras”, realizado no dia 08/05/2024, com carga horária de 08 horas/aula, parte integrante do “Enfoc 2024 – Encontro de Formação e Controle”, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Evento “Ouvidoria Day 2024 – Controle Social – Transparência Pública fomento das ouvidorias nos entes jurisdicionados”, realizado no dia 18/03/2024, com carga horária de 04 horas, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

4. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2024.

**5. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO,
FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.**

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Notícia de Irregularidade TC nº 209/2024 – Ouvidoria do TCEES;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos de todo o país;
- Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM (Exercício 2023) – Processo TC 3596/2024;
- Resposta ao Ofício de Requisição 01808/2024-9 - “Levantamento de dados e informações sobre sistemas e ações relacionadas ao monitoramento das políticas públicas de assistência social, saúde e educação” – Processo 03519/2023-1;
- Resposta ao Ofício de Requisição 01910/2024-9 – “Verificar se o uso do Sistema de Registro de Preços para realização de obras e serviços de engenharia pelos órgãos jurisdicionados está adequado, principalmente em relação ao planejamento.”
- Manifestação – Processo TC nº3411/2021;
- Resposta ao Ofício 02042/2024 – Fiscalização – “Acompanhar de forma concomitante licitações de obras e serviços de engenharia, selecionadas conforme critérios de materialidade, risco, oportunidade e relevância” - Processo 01057/2024-6;
- Resposta ao Ofício 02861/2024 – Fiscalização com objetivo de acompanhar as providências adotadas, pelos municípios, responsáveis pela titularidade dos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU), e Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), especificamente quanto ao local de disposição final destes resíduos, no tocante à sua adequação, ambiental e legal para recebimento e tratamento;

- Resposta – Comunicação TCEES. Cidades Contratação. ID 2023.501C2600010.02.0020;
- Resposta ao Ofício de Submissão nº 04936/2024-9 – Auditoria;
- Questionário de Gestão da Dívida Municipal.

6. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Nesse sentido, alcança destaque as ações realizadas pelo Controle Interno com a finalidade de atendimento das demandas do órgão ministerial:

- Abertura de Processo nº 3081/2024 para acompanhamento da Notificação Recomendatória nº 001/2024 – Procedimento MPES nº 2024.0001.0148-34;
- Abertura de Processo nº 3165/2024 para atendimento da Notificação Recomendatória nº 002/2024 – Procedimento MPES nº 2024.0001.0180-54;
- Resposta ao OF. MPES-PJGAB N.º185/2024 – Procedimento MPES nº 2023.0006.8409-64;
- Resposta nos autos do Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) MPES nº 2021.0019.3260-95.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2024 através do PAAI/2024 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Para o exercício de 2025, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a melhoria dos mecanismos de Transparência ao cidadão, e acompanhamento dos atos de admissão do Concurso Público vigente.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pela unidade de Controle Interno, com a formulação de novos procedimentos de controle para os anos subsequentes.

Águia Branca/ES, 26 de março de 2025.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021